



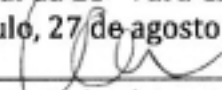
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM.

Juiz Federal da 25ª Vara Cível Federal.

São Paulo, 27 de agosto de 2015.


Analista Judiciária - RF 4714

25ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

MANDADO DE SEGURANÇA

PROCESSO Nº: 0016965-42.2015.403.6100

Reg. 225/2015

Vistos em decisão.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por [REDACTED] em face do **DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - DELESP**, objetivando, em sede de liminar, provimento jurisdicional que determine à autoridade impetrada que se abstenha de exigir o pagamento da taxa administrativa referente à emissão da segunda via da Carteira de Identidade de Estrangeiro do impetrante.

Narra o impetrante, proveniente da Argentina, que teve sua situação migratória regularizada e, conseqüentemente, expedido seu Registro Nacional de Estrangeiros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Afirma, todavia, haver perdido referido documento, razão pela qual requereu a emissão da segunda via.

Sustenta que para a emissão do documento a autoridade impetrada exigiu o recolhimento da taxa de R\$ 204,77, *"quantia excessiva para as suas atuais condições financeiras"*. Afirma *"receber apenas um salário mínimo a título de aposentadoria. Vive sozinho, em um quarto alugado, na casa de amigos e, ademais, sofre de câncer de próstata, tendo de carcar com parte de seu tratamento"*.

Sustenta que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXXVII, assegura a gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania. E como a Carta Magna não faz distinção entre nacionais e estrangeiros residentes no país, no que diz respeito ao exercício de direitos e garantias fundamentais, fazem jus à isenção do pagamento de taxa para a expedição de documento de identificação no Brasil.

Com a inicial vieram documentos (fls. 09/32).

É o breve relatório, decido.

Tenho por presentes os requisitos ensejadores da concessão da liminar pleiteada.

Nos termos do artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, *"todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"*.

No mesmo sentido, o artigo 95, do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80): *"o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis"*.

Assim, *"a teor do disposto na cabeça do art. 5º da CF, os estrangeiros residentes no País fazem jus aos direitos e garantias fundamentais"* (STF, HC 74.051, Relator Ministro Marco Aurélio, julg. 18/06/1996).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Dispõe, ainda, o artigo 5º, incisos LXXVI e LXXVII, da
Constituição Federal:

*"LXXVI - são gratuitos para os
reconhecidamente pobres, na forma da lei:*

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

*LXXVII - são gratuitas as ações de habeas
corpus e habeas data, e, na forma da lei, os
atos necessários ao **exercício da cidadania**".*

A Lei n. 9.265/1996, que regulamenta o inciso LXXVII do
art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao
exercício da cidadania, assim estabelece:

*"Art. 1º São gratuitos os atos necessários ao
exercício da cidadania, assim considerados:*

*I - os que capacitam o cidadão ao exercício da
soberania popular, a que se reporta o art. 14
da Constituição;*

*II - aqueles referentes ao alistamento
militar;*

*III - os pedidos de informações ao poder
público, em todos os seus âmbitos, objetivando
a instrução de defesa ou a denúncia de
irregularidades administrativas na órbita
pública;*

*IV - as ações de impugnação de mandato eletivo
por abuso do poder econômico, corrupção ou
fraude;*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

V - quaisquer requerimentos ou petições que visem as garantias individuais e a defesa do interesse público.

VI - O registro civil de nascimento e o assento de óbito, bem como a primeira certidão respectiva".

Pois bem.

Verifica-se da inicial que a autoridade coatora exigiu da impetrante o pagamento de taxa para a emissão de segunda via da Carteira de Identidade de Estrangeiro.

Por sua vez, o impetrante sustenta a impossibilidade de pagar referida taxa sem prejuízo de seu sustento.

Pois bem.

Embora não haja norma legal específica, destinada a amparar o pleito em tela, concluo pelo seu deferimento, baseado numa interpretação sistemática das normas constitucionais.

Mostram-se plenamente aplicáveis ao caso em testilha as disposições contidas na Magna Carta que asseguram, aos reconhecidamente pobres, a gratuidade do registro de nascimento, da certidão de óbito, bem como dos atos necessários ao exercício da cidadania.

Comprovada a insuficiência econômica do impetrante para arcar com as despesas na obtenção da segunda via da Carteira de Identidade de Estrangeiro, por meio de mera declaração de pobreza, resta evidente a ilegalidade do ato que indeferiu o pedido de isenção da taxa. Ora, tal indeferimento impede o pleno exercício dos direitos fundamentais do impetrante, pois sem a obtenção da segunda via da sua Carteira de Identidade de Estrangeiro, o requerente não poderá comprovar a sua regularidade no país.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Ademais, de nada adianta deferir o pedido de permanência no Brasil se a parte impetrante não puder efetuar o registro e obter o documento de identidade de estrangeiro, documentos essenciais ao exercício de muitos dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. A ausência de recursos financeiros não pode constituir empecilho ao exercício pleno desses direitos.

Nesse sentido:

"INTERNACIONAL. RENOVAÇÃO DE PEDIDO DE PERMANÊNCIA NO PAÍS. COBRANÇA DE TAXA. INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DO ESTRANGEIRO. ISENÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a presente lide a respeito da possibilidade de isenção de taxa cobrada ao autor em virtude de renovação de pedido de permanência no país. Tal isenção é pleiteada em razão de alegada insuficiência econômica do estrangeiro para realizar o pagamento.

2. Ainda que não haja previsão legal de isenção para o caso em comento, cabe ao Poder Judiciário analisar se houve respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade na realização de atos administrativos.

3. Não se configura razoável a cobrança da referida taxa, em razão de o pagamento desta ser prejudicial ao sustento do autor e de sua família, constituída no Brasil, e da qual seria afastado caso lhe fosse negada a possibilidade de renovar seu visto. Há que se respeitar o disposto no art. 5º. XXXIV, da CF, bem como o art. 1º da Lei nº 9.265/96.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

4. *Apelação e remessa oficial improvidas.*

(TRF5, APELREEX 00117270720124058100, Terceira Turma, Relator Desembargador Federal MARCELO NAVARRO, DJe 16/06/2014).

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ESTRANGEIRO. PRETENSÃO À EXPEDIÇÃO DA SEGUNDA VIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO, SEM O PAGAMENTO DE TAXA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, INCISO LXXVII. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DOCUMENTO EXPEDIDO. SITUAÇÃO DE FATO CONSOLIDADA.

1. O art. 5º, inciso LXXVII da Constituição Federal assegura a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, o que abrange a expedição de documentos indispensáveis ao exercício dos direitos fundamentais.

2. Objetivando o impetrante a expedição da segunda via da Cédula de Identidade de Estrangeiro, sem o pagamento de qualquer taxa ou emolumento, por ser pessoa hipossuficiente, a sua emissão, após a sentença concessiva da segurança, consolida situação de fato cuja desconstituição não se mostra possível.

3. Sentença confirmada.

4. Remessa oficial não provida".

(TRF1, REOMS 00080186720094013900, Sexta Turma, Relator Desembargador Federal DANIEL PAES RIBEIRO, DJe 28/11/2011).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Assim, numa análise perfunctória que o momento processual exige, a concessão da liminar comporta deferimento, já que a exigência feita pela autoridade coatora encontra-se ao desamparo da ordem constitucional vigente.

Isso posto, **DEFIRO o pedido de liminar** para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de exigir do impetrante o pagamento da taxa administrativa referente à emissão da segunda via da sua Carteira de Identidade de Estrangeiro.

Notifique-se a autoridade impetrada para cumprir a liminar e prestar informações, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 7º, I, da Lei 12.016/2009.

Dê-se ciência do presente feito ao representante judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei n.º 12.016 de 07.08.2009.

Após o parecer do Ministério Público Federal, tornem os autos conclusos para sentença.

P.R.I. Oficie-se.

São Paulo, 27 de agosto de 2015.

DJALMA MOREIRA GOMES

Juiz Federal

